

---

# DA GRAMÁTICA TRADICIONAL À GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: A TRANSITIVIDADE EM PERSPECTIVA

FROM TRADITIONAL GRAMMAR TO CONSTRUCTION  
GRAMMAR: TRANSITIVITY IN PERSPECTIVE

53

---

Nedja Lima de Lucena<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo revisita o tratamento teórico dado ao fenômeno da transitividade, de modo que, inicialmente, é observada a abordagem fornecida pela Gramática Tradicional ao fenômeno, que o concebe como uma propriedade inerente ao verbo. Em seguida, a transitividade é examinada sob o escopo teórico do Funcionalismo norte-americano, que a evidencia como uma propriedade da oração. São apresentadas, ainda, considerações sobre o fenômeno da transitividade no âmbito da Gramática de Construções, focalizando a construção transitiva.

**Palavras-chave:** Transitividade; Gramática Tradicional; Funcionalismo norte-americano Gramática de Construções.

**ABSTRACT:** This paper revisits the theoretical treatment given to the phenomenon of transitivity. Initially, the approach provided by Traditional Grammar to the phenomenon is observed, which conceives transitivity as an inherent property of the verb. Afterward, transitivity is examined under the theoretical scope of North American Functionalism, which highlights it as a property of clause. Considerations are also presented about the phenomenon of transitivity within the scope of the Construction Grammar, focusing on the transitive construction.

**Keywords:** Transitivity; Traditional Grammar; North American Functionalism; Construction Grammar.

## 1 Introdução

Ora, é um princípio que, os que trabalham com uma língua viva, devem ter sempre diante dos olhos que os modos de falar, autorizados pelo uso geral e não contestados, devem ser considerados bons, embora sejam contrários às regras e à analogia da língua; não devem porém, ser alegados para se por em dúvida a validade das regras e perturbar a analogia, nem para autorizar, por consequência, outros modos de falar, não autorizados pelo uso. (Arnauld e Lancelot – *Gramática de Port-Royal*)

O fenômeno da transitividade (do latim *transitivus* = o que vai além, o que se transmite) tem sido foco de interesse por parte de diversos pesquisadores que investigam a relação entre nomes e verbos na oração. Desde a observação dos gramáticos mais tradicionais às perspectivas teóricas mais recentes, como é o caso da Gramática de Construções, muitas publicações veiculam hipóteses e resultados sobre esse fenômeno. Numa pesquisa rápida em ferramentas de busca na *internet* sobre o termo, é possível observar estudos que tratam do tema, ora como foco principal, ora como ponto de partida para abordagem de outros fenômenos linguísticos.

Diante desse contexto, o presente artigo recapitula alguns estudos que tratam da transitividade. Para isso, enceta sua análise partindo da *Gramática Tradicional* (SAID ALI, 1971; CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 1978) e verificando como a transitividade é tratada nesse esco-

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Estudos da Linguagem. E-mail: [lucenedja@gmail.com](mailto:lucenedja@gmail.com)

po. Em seguida, examina a proposta de análise da transitividade empreendida pela *Linguística Funcional de orientação norte-americana*, a qual se contrapõe à abordagem tradicional (GIVÓN, 2001; HOPPER; THOMPSON, 1980; FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011). Mais recentemente, a Linguística Funcional, em diálogo com a Linguística Cognitiva, tem discutido sobre a transitividade no âmbito do modelo da *Gramática de Construções* (GOLDBERG, 1995; 2006), para esta a transitividade não é do verbo, nem da oração, mas uma propriedade da construção em si, fato que interessa também abordar.

Considerando a amplitude e a complexidade da transitividade, o artigo objetiva assinalar a trajetória do que se assume como *verbo transitivo* → *oração transitiva* → *construção transitiva*. Em outras palavras, o estudo recopila três perspectivas sobre o fenômeno da transitividade, tratando: (i) do verbo transitivo associado à Gramática Tradicional; (ii) da oração transitiva atrelada ao Funcionalismo norte-americano; e (iii) da ideia de construção transitiva vinculada à Gramática de Construções, com vistas a assinalar convergências e divergências entre tais perspectivas.

Em termos metodológicos, o trabalho é de natureza básica, com uma abordagem qualitativa, cujo foco é a compreensão, a descrição e a interpretação de um determinado fenômeno (PAIVA, 2019). Quanto ao procedimento, o estudo assenta-se na revisão bibliográfica para discutir transitividade. Para elucidar a discussão, reflete-se sobre a construção transitiva, apresentando amostras de dados empíricos selecionadas da pesquisa de Lucena (2016; 2018).

Quanto à organização deste trabalho, na primeira parte, é examinado o tratamento dado à transitividade pela Gramática Tradicional, que atrela ao verbo à propriedade de ser transitivo ou intransitivo. Os gramáticos de orientação tradicional divergem quanto à classificação desse fenômeno, muitas vezes, recorrendo a critérios puramente sintáticos ou estritamente semânticos. Já no segundo momento, o artigo apresenta as contribuições do Funcionalismo norte-americano, que amplia o escopo da transitividade para a oração como um todo, considerando a interface entre sintaxe, semântica e pragmática. Por último, alargando a proposta funcionalista, e com contribuições advindas da Linguística Cognitiva, o artigo discute a transitividade à luz da Gramática de Construções, que concebe a transitividade como diretamente ligada à conceptualização da experiência humana.

## 2 Transitividade e gramática tradicional

No âmbito da tradição gramatical, é o verbo que comporta exclusivamente a propriedade da transitividade, assim é comum encontrar em gramáticas normativas a rígida distinção entre *verbos transitivos* e *verbos intransitivos*. Essa distinção é investigada, na maioria das vezes, de maneira análoga aos conceitos de regência verbal e valência verbal. Em linhas muito gerais, podemos afirmar que tais conceitos se referem “à maneira como um verbo se relaciona com os sintagmas nominais numa mesma oração” (TRASK, 2008, p. 298).

Se verificarmos a gramática de João de Barros, datada de 1540, podemos averiguar que os verbos são divididos em *personais* e *impessoais*. Os pessoais são aqueles que “passam a sua ação em outra coisa ou não”<sup>2</sup>, ou seja, aqueles que passam são chamados de transitivos. Desses, os propriamente transitivos são os que regem o acusativo, como em *amo a virtude*, *aprendo ciência*, *ouço gramática* e *ganho honra* (exemplos do autor). A ideia de que a ação pode ser passada ou não para outra coisa se alicerça numa perspectiva semântica, na medida em que o critério de análise é apenas a significação do verbo.

Ao lançarmos um olhar sobre as gramáticas tradicionais mais recentes, é possível notar que a definição de transitividade não se ampliou significativamente. Para ilustrar esse fato, constata-se, em Cunha e Cintra (1985), a explicação de que são transitivos os verbos que exigem termos que

<sup>2</sup> A transcrição da Gramática da Língua Portuguesa não contém paginação e está disponível em [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b\\_002](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_002). Acesso em: 20/08/2013.

lhes completem o sentido, enquanto, nos verbos intransitivos, “a ação não vai além do verbo” (p. 147). Isso significa que a classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo está ancorada na presença ou ausência de um termo codificado como complemento verbal (objeto direto e objeto indireto): são transitivos os verbos acompanhados de complemento; são intransitivos aqueles verbos que não o apresentam.

Cunha e Cintra (1985) enfatizam que, para ser transitivo, o verbo deve contar com a presença de um objeto direto, classificado normalmente como “o complemento de um verbo transitivo direto, ou melhor, o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal” (p.151). Caso o verbo selecione um terceiro complemento preposicionado, do tipo objeto indireto, é classificado como bitransitivo.

Ao mencionar a ação além do verbo e o ser para o qual se dirige a ação verbal, pode-se observar um critério semântico para a classificação da transitividade, semelhantemente ao que fez João de Barros. Ao elencar a presença ou ausência de uma entidade gramatical ligada ao verbo sem o auxílio de preposição (no caso do objeto direto) para essa classificação, a análise está vinculada a um critério sintático.

Compêndios gramaticais vários, assim como livros didáticos escolares, seguem essa perspectiva. Ocorre que se observa na maioria das vezes, a total exclusão de motivações discursivo-interacionais, que atuam fortemente na manifestação da transitividade, como se verá nas seções seguintes.

Vale ressaltar que algumas gramáticas tradicionais consultadas apontam, muitas vezes em notas de rodapé, a dificuldade de delimitar uma fronteira entre verbos transitivos e intransitivos. Ainda que timidamente, a própria gramática de Cunha e Cintra (1985) assinala que a transitividade deve ser vista dentro da frase. Para esses autores, “considerado isoladamente, um verbo não é transitivo nem intransitivo”. Esta é a razão pela qual o mesmo verbo pode estar empregado ora transitivamente, ora intransitivamente; ora com objeto direto, ora com objeto indireto (p. 149). De certa forma, essa afirmação aponta para complexidade do fenômeno da transitividade, assinalando-o como fluido e sujeito a fatores que ultrapassam o próprio verbo; logo, não pode ser restringido a este.

A gramática de Said Ali (1971) aponta que verbos como *comer* e *beber* podem se comportar ora transitivamente, como em *comer carne*, *beber vinho*, ora intransitivamente como em *o doente não come nem bebe* (p. 165). A respeito dos exemplos mostrados pelo autor, pode-se aventar que, nesse caso, foi utilizado um critério sintático para a classificação, pois é a presença de um sintagma nominal (*carne / vinho*) que o faz especificar os verbos como transitivos e, por conseguinte, a ausência do sintagma nominal representa a intransitividade.

No entanto, Said Ali (1971) não se restringe aos critérios sintáticos, ultrapassando-o na medida em que, ao verificar o papel semântico do objeto direto, indica que este pode ser a pessoa ou coisa que recebe a ação (*Antônio feriu a Pedro*), o produto dela (*A terra produz trigo*) ou o ponto para onde se dirige um sentimento (*Otelo ama a Iago, e Iago odeia a Otelo*).

A abordagem de Said Ali, de natureza mais semântica, mostra que, quanto aos papéis semânticos, existe uma multiplicidade que dificulta a classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo uma vez que diz o autor: “verbos como *matar*, *ferir*, *quebrar*, caracterizam-se por exprimirem atos que dimanam de um ser agente e são recebidos por outro ser paciente: verbos transitivos. Não é possível, contudo, definir com tal critério todos os verbos transitivos” (p. 95).

Rocha Lima (1978) apresenta uma descrição dos tipos verbais e assinala que o verbo é a palavra regente por excelência; dessa maneira “cumpre proceder sempre à verificação da natureza dos complementos por ele exigidos” (p. 307). O gramático enuncia que “o complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompleto, por omissão ou incompleto” (p. 307).

Em contrapartida à abordagem tradicional e filiado à descrição linguística, Azeredo (2007) esclarece que a divisão estrita entre verbos transitivos e intransitivos reside no problema de explicar os casos em que verbos transitivos ora ocorrem com segundo argumento, ora não, como em

*Ana está escrevendo no quarto* e *Ana está escrevendo cartas no quarto*. Ele aponta que, nesses casos, a diferença deixa de ser lexical e no plano paradigmático, como propriedade intrínseca do verbo, para se dar no plano sintagmático, conforme o emprego do verbo na frase. Azeredo explica que o mesmo esquema oracional corresponde a distintas configurações de sentido, de modo que sujeito e objeto não são categorias homogêneas. A colocação de Azeredo é uma visão avançada e uma tentativa de estabelecer algumas hipóteses a respeito da interface sintaxe-semântica. Como o objetivo do seu texto é fazer uma descrição sintática introdutória de diversos fenômenos da língua, a análise não está baseada em dados empíricos de fala e de escrita do português brasileiro. Dessa forma, o espaço destinado à transitividade é pequeno e até insuficiente.

Em linhas gerais, as gramáticas resenhadas aqui apontam apenas critérios sintático-semânticos para a caracterização da transitividade, o que se confirma como um problema na investigação desse fenômeno: a transitividade não é uma propriedade intrínseca de um verbo específico, mas fator variável e dependente do contexto discursivo. Ainda que haja apontamentos que levem em conta o entorno frasal, o fato de as análises pautarem-se em exemplos artificiais, ou seja, não observados em seu uso nas situações sociocomunicativas, dificulta a compreensão do fenômeno aqui discutido.

### 3 Transitividade e funcionalismo norte-americano

Diferentemente das abordagens tradicionais, o Funcionalismo norte-americano propõe outro caminho para a investigação da transitividade: esta pode ser assinalada como uma propriedade escalar da *oração* e compreendida em termos de gradiência, ou seja, com orações [+] ou [-] transitivas (HOPPER; THOMPSON, 1980; GIVÓN, 2001). Em outras palavras, Furtado da Cunha e Souza (2011) esclarecem que a transitividade é “uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s) – a gramática oração” (p. 37). Logo, para o Funcionalismo norte-americano, na gramática da oração interagem fatores sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos, o que deve ser observado a partir do exame de dados empíricos, ou seja, do uso.

Para Givón (2001), a *oração transitiva* apresenta, no mínimo, dois participantes: um agente e um paciente. O primeiro, codificado sintaticamente como sujeito, é o responsável pela ação; o segundo, codificado sintaticamente como objeto direto, é o paciente da ação verbal. Essa configuração caracteriza o protótipo ou exemplar do evento transitivo prototípico, no qual um agente age para causar uma mudança de estado ou de condição num paciente (SLOBIN, 1982).

À luz da proposta funcionalista norte-americana, o modo como um verbo se configura depende de fatores discursivo-pragmáticos, ou seja, da maneira como o usuário da língua interpreta e comunica o evento. Isso pode ser evidenciado na escolha entre uma oração ativa ou passiva: a perspectiva do evento pode ser comunicada a partir do ponto de vista do agente (voz ativa), como em *O menino quebrou a vidraça*; ou do ponto de vista do paciente (voz passiva), como em *A vidraça foi quebrada pelo menino* (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011)<sup>3</sup>.

O estudo pioneiro da transitividade escalar foi publicado por Hopper e Thompson (1980), tratando especificamente de narrativas do inglês e, posteriormente, revisitado e aplicado à análise da conversação espontânea dessa língua (THOMPSON; HOPPER, 2001). Esses autores propõem que a transitividade pode ser aferida, em dados reais, através do conjunto de dez parâmetros sintático-semânticos que, juntos, determinam se a oração é mais ou menos transitiva:

<sup>3</sup> A respeito da interdependência entre os componentes sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos, o estudo de Lima (2009) sugere que a diferença entre voz ativa e passiva analítica é motivada mais pragmática do que semanticamente, em relação à definição de tópico. Já a voz média tem mais motivação semântica e representa uma estratégia de demissão do agente, de não atribuição da causalidade.



QUADRO 1 – Parâmetros da transitividade

Parâmetros	Transitividade alta	Transitividade baixa
1. Participantes	dois ou mais	um
2. Cinese	ação	não-ação
3. Aspecto do verbo	perfectivo	não-perfectivo
4. Pontualidade do verbo	pontual	não-pontual
5. Intencionalidade do Sujeito	intencional	não-intencional
6. Polaridade da oração	afirmativa	negativa
7. Modalidade da oração	modo realis	modo irrealis
8. Agentividade do Sujeito	agentivo	não-agentivo
9. Afetamento do objeto	afetado	não-afetado
10. Individuação do objeto	individuado	não-individuado

Fonte: Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003, p. 37), traduzido de Hopper e Thompson (1980).

Cada parâmetro revela um traço do modo como a transferência da ação de um participante para outro acontece, assim: uma oração ter dois ou mais participantes é um indício de transitividade alta, pois só pode haver transferência com mais de um participante; do mesmo modo, ações podem ser transferidas, mas estados não (cinese); ações concluídas revelam que a transferência foi mais efetivamente realizada do que ações que não foram concluídas (aspecto); ações com um fim imediato tem efeito mais marcante em relação àquelas contínuas (pontualidade); a intenção do sujeito pode causar um efeito maior no afetamento do objeto (intencionalidade); orações afirmativas mostram que pode haver transferência, o mesmo não acontece com orações negativas (polaridade); ações que correspondem a eventos reais, e não hipotéticos, são mais efetivas (modalidade); participantes agentivos podem efetuar uma ação de modo que participantes não-agentivos não podem (agentividade); uma ação é transferida em termos de gradualidade, assim quanto mais afetado o paciente, mais alta a transitividade (afetamento); um paciente individuado pode ser mais afetado em relação a outro menos individuado (individuação).

Em perspectiva mais recente, Givón (1984; 2001) explica que esses parâmetros podem ser sintetizados, de maneira que o evento transitivo prototípico<sup>4</sup> seja definido a partir de três critérios principais: (i) *agentividade*, assinalando um agente intencional ativo; (ii) *afetamento*, em que há um paciente concreto afetado pela ação do agente; (iii) *perfectividade*, na medida em que envolve um evento concluído e pontual. Orações como *They demolished the house* (Eles demoliram a casa) e *She sliced the salami* (Ela fatiou o salame) são casos em que se pode examinar esses critérios, uma vez que as duas orações comportam um agente intencional (*they/she*), um objeto afetado (*the house/the salami*) e verbos perfectivos (*demolished/sliced*), denotando um evento já concluído. Givón aponta que os critérios de agentividade, afetamento e perfectividade são graduais e explica que, em especial, o objeto pode ser afetado parcial ou totalmente.

Delineando essa proposta givoniana, Furtado da Cunha e Souza (2011)<sup>5</sup> explicam que o afetamento do objeto pode ocorrer de diversos modos. Assim, um objeto pode ser efetuado pela ação como em *He built a house* e *She made a dress* (Ele construiu uma casa / Ela fez um vestido) e, em alguns casos, totalmente destruído como em *They demolished the house* e *They evaporated the water* (Eles demoliram a casa / Eles evaporaram a água). Quanto à mudança no objeto, ela pode ser física como em *She sliced the salami* e *They bleached his hair* (Ela fatiou o salame / Eles tingiram o cabelo dele), pode ser uma mudança de lugar do paciente como em *They moved the barn* e *He rolled the wheelbarrow* (Eles mudaram o celeiro / Ele empurrou o carrinho de mão) ou uma mudança superficial como em *She washed his shirt* e *He bathed the baby* (Ela lavou a camisa dele / Ele banhou o bebê). E, ainda, pode configurar uma mudança interna como em *They heated the solution* e *He*

<sup>4</sup> Esse evento corresponde a uma cena típica de transferência, em que uma entidade agente direciona um fluxo de energia que pretende modificar uma entidade paciente.

<sup>5</sup> Cf. Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 32-33).

*chilled the meat* (Eles aqueceram a solução / Eles resfriaram a carne), uma mudança com um instrumento implicado em casos como *He hammered the nail* [*hammer*] e *She kicked the wall* [*foot*] (Ela martelou o prego [martelo] / Ela chutou a parede [pé]), além de uma mudança com modo implicado, por exemplo, *They murdered her* [*kill with intention*] e *She smashed the cup* [*break completely*] (Eles a assassinaram [matar com intenção] / Ela espatifou a xícara [quebrar com intenção]).

Os casos elencados acima denotam que o grau de afetamento do objeto é fator variável e influencia a transitividade da oração, como explicam Furtado da Cunha e Souza (2011) “a transitividade prototípica reflete o afetamento total do objeto. Os verbos cujo significado não implica mudança de estado ou localização do objeto se afastam do padrão prototípico e, conseqüentemente, exibem menor grau de transitividade” (p. 36).

Como se pode observar, o Funcionalismo norte-americano considera que os traços de transitividade atuam em conjunto, seja na perspectiva de Hopper e Thompson (1980) ou na abordagem de Givón (2001), de forma que nenhum traço por si só é capaz de determinar a transitividade. Nessa linha, a transitividade não pode ser tomada à parte do uso linguístico, mas considerada em seus aspectos sintático-semântico diretamente influenciados pela pragmática da comunicação. Diferentemente da abordagem da Gramática Tradicional, que delimita e encerra o fenômeno no verbo, o que coloca a língua numa patamar estático, o Funcionalismo norte-americano, ao conceber a transitividade como um *continuum* que abarca orações mais ou menos transitivas, reafirma a concepção de que a língua é plástica e maleável, atributos oriundos do uso linguístico pelos sujeitos situados nas práticas sociocomunicativas, fato que influencia e molda a gramática.

#### 4 Transitividade e gramática de construções

Ampliando o escopo da reflexão realizada até aqui, a partir desta seção, apresento como a transitividade é tratada no âmbito de um modelo linguístico conhecido como Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995). Para essa perspectiva, a transitividade não está no verbo, como concebe a Gramática Tradicional, ela é uma propriedade da *construção*. De certa maneira, a abordagem construcional amplia e complementa a visão referida pelo Funcionalismo norte-americano em sua vertente clássica, mas conjuga esse entendimento com pressupostos da Linguística Cognitiva.

A noção de construção<sup>6</sup> está presente em várias pesquisas linguísticas como se pode observar em Lakoff (1987), Fillmore (1988) e Fillmore, Kay e O'Connor (1988)<sup>7</sup>. No entanto, essa concepção se ampliou e ganhou ênfase a partir da agenda de trabalhos propostos por Goldberg (1995; 2006), Croft (2001), Tomasello (1998), Bybee (2010), Traugott e Trousdale (2013), entre outros.

De acordo com essa agenda, a construção, pareamento entre *forma* e *significado*, é um esquema geral no qual os elementos gramaticais são instanciados. As construções são concebidas como unidades simbólicas<sup>8</sup> convencionalizadas, organizadas em redes e tomadas basicamente como esquemas cognitivos do mesmo tipo dos que existem em outros domínios da cognição (GOLDBERG, 2006; LANGACKER, 2008). Em outras palavras, as construções são virtuais, isto é, são abstrações que “se instanciam no uso linguístico por meio de ocorrências específicas,

<sup>6</sup> O termo *construção* é utilizado pela própria gramática tradicional para se referir a fenômenos como construção passiva, reflexiva e impessoal. O termo também faz parte da história do gerativismo, no entanto, significando que estava relacionada a regras específicas da gramática transformacional, bem como servia de pano de fundo para se pensar em princípios gerais (Cf. SALOMÃO; MIRANDA, 2009).

<sup>7</sup> De certo modo, esses estudos são desdobramentos dos trabalhos prógonos de Fillmore (1968), *The case for case reopened*, e de Lakoff (1977), *Linguistics gestalts*.

<sup>8</sup> São consideradas simbólicas, pois se configuram tipicamente como associações arbitrárias de forma e significado.

os *construtos*. Logo, uma construção é uma generalização com base em construtos do mesmo tipo”, explicam Furtado da Cunha e Lacerda (2017, p. 20, grifo nosso). Em face disso, a abordagem construcional salienta que as construções gramaticais devem ser tomadas como as unidades primárias da língua.

Na ótica construcional, no polo da forma de uma construção, conjugam-se aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos; no polo do significado, estão as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. O significado da construção pode ser entendido como aspectos convencionalizados da função dessa construção, o que inclui não somente propriedades da situação descrita pela interação, mas também propriedades do discurso no qual essa interação é baseada. Sendo assim, a forma e o significado convencional da construção são internos a ela, de maneira que esse par é vinculado através de um elo de correspondência simbólica.

Dentre as construções estudadas por Goldberg (1995; 2006), figura o interesse pelas construções de estrutura argumental. Para a autora, essas construções correspondem a orações simples e são essenciais para a descrição da língua, uma vez que estão diretamente associadas a molduras semânticas que refletem cenas básicas da experiência humana como, por exemplo, movimento, transferência, causação, posse, estado ou mudança de estado. O modo como tais cenas são empacotadas linguisticamente, em termos de instanciações das construções, pode ser altamente variável e particular.

Em sua obra, *A construction Grammar Approach to Argument Structure*, Goldberg (1995) examina algumas construções de estrutura argumental do inglês, como a construção ditransitiva, a construção de movimento causado, a construção transitiva e a construção com *way* na língua inglesa. Dessas construções, vou me deter especificamente ao exame da *construção transitiva*, relacionando os achados de Goldberg com dados do português brasileiro<sup>9</sup>.

De modo geral, em relação à forma, a construção transitiva possui arranjo sintático que se configura a partir de dois argumentos em torno de um verbo, sendo que esses assinalam às relações gramaticais de sujeito e de objeto direto. Em relação à função, essa moldura está estreitamente associada a um sentido central que compreende alguém agir intencionalmente a fim de causar uma mudança numa entidade paciente (SLOBIN, 1982), como em (1):

- (1) *Ele apalpa o topo da minha barriga e nisso leva um tapa na mão, coitado (desculpe Dr. Carlos!).* (Blog *Vida materna*, 06/11/2012).

Em (1), *ele*, referindo-se ao médico e codificado sintaticamente como sujeito, pratica volitionalmente ação de *apalpar*, que provoca uma mudança transitória no segundo elemento (*o topo da barriga da minha barriga*), codificado sintaticamente como objeto direto. Observe que ocorre uma mudança de estado temporária do topo da barriga enquanto esta é tateada, ou seja, é direcionado um fluxo de energia do médico para o topo da barriga da paciente.

Para Goldberg, a construção transitiva é interpretada como aquela em que ocorrem dois tipos de macropapéis: *proto-agente* e *proto-paciente*, nos termos de Dowty (1991) e Foley e Van Valin (1984). Esses papéis possuem atributos que se associam sintaticamente com o sujeito e com o objeto direto, respectivamente, os quais são sintetizados no quadro a seguir:

<sup>9</sup> Para o exame da construção ditransitiva e da construção de movimento causado no português brasileiro, sugiro a consulta ao texto *As construções de movimento causado e ditransitiva: elos de polissemia* (FURTADO DA CUNHA, 2017).

QUADRO 2 – Atributos de Proto-Agente e Proto-Paciente

Atributos de proto-agente	Atributos de proto-paciente
Envolvimento volicional no evento ou estado	Sofre mudança de estado
Senciência e/ou percepção	Tema incrementado
Causa um evento ou mudança de estado em outro participante	Causalmente afetado por outro participante
Movimento (relativo à posição de outro participante)	Estaticidade (relativa ao movimento do outro participante)
Existe independente do evento nomeado pelo verbo	Não existe independentemente do evento, ou não em todos

Fonte: Goldberg (1995, p. 116)

Goldberg explica que cada uma dessas propriedades se delinea em termos de sujeito e objeto direto, o que ela intitula, com base em Dowty (1991), de *princípio de seleção do argumento*. Explico: o argumento que evoca mais atributos de proto-agente é instanciado como sujeito; já o argumento que abarca mais atributos de proto-paciente é configurado como objeto direto. Segundo Goldberg, esse princípio só tem eco na construção transitiva<sup>10</sup>, de maneira que essas propriedades podem ser relacionadas ao esqueleto dessa construção (ou esquema), permitindo que outras construções sejam herdadas da construção transitiva e permitindo que essa construção instancie vasto arranjo de construtos.

Desse modo, a construção transitiva detém um significado abstrato muito geral relacionado ao evento transitivo prototípico. A partir disso, diversas extensões significado básico e prototípico licenciariam um vasto arranjo de instanciações transitivas. Nesse sentido, as línguas diferem em como e por que estendem os significados da construção transitiva para expressar cenas transitivas não prototípicas, como processos e até estados.

Para Taylor (2003), a construção transitiva pode ser delineada sintaticamente como [SN1 V SN2]<sup>11</sup>, cuja posição de SN1 é instanciada pelo elemento gramatical sujeito e SN2 pelo elemento objeto direto, ao passo que V designa um verbo transitivo. Por sua vez, em termos semânticos, as instanciações da construção transitiva possuem diversos atributos compilados por Taylor (2003) e descritos a seguir:

A construção descreve eventos que envolvem somente dois participantes codificados como sujeito e objeto direto. A identidade dos participantes pode ser determinada, isto é, o sujeito e o objeto direto têm referência específica. Os dois participantes são altamente individuados, distintos um do outro e do entorno. O evento é iniciado pelo referente do sujeito, ou seja, pelo agente. Assim, a responsabilidade pelo evento é exclusiva dele. O sujeito é tópico da oração, de maneira que, por ser o agente, atua consciente e volicionalmente e, desse modo, controla o evento. Como consciência e volição são atributos tipicamente humanos, o agente é tipicamente humano. Como consequência da ação do agente, algo acontece com o referente do objeto direto. O efeito no paciente é intencionado pelo agente e, geralmente, o paciente é inanimado. Após a ocorrência do evento, o paciente está em um estado diferente de antes do evento, que é pontual. Ainda que o evento tenha extensão temporal, a estrutura interna do evento e os estados intermediários entre seu início e fim não são foco. A ação do agente sobre o paciente geralmente envolve contato físico direto, e o efeito no paciente é imediato. O evento tem um componente causativo, isso quer dizer que, a ação do agente causa uma mudança no paciente. O evento reportado pela construção é real, não imaginário, hipotético ou contrafactual. (TAYLOR, 2003, p.232-233, tradução nossa).

<sup>10</sup> Uma exceção desse caso pode ser vista em algumas línguas ergativas em que o sujeito é o argumento com mais propriedades de Proto-Paciente, como em *dyrbal*, *quiche* e em certas línguas maias (DIXON, 1972; ENGLAND, 1983; TRESCHER, 1982, *Apud* GOLDBERG, 1995).

<sup>11</sup> SN: Sintagma Nominal.



Lucena (2016) argumenta que a construção transitiva pode ser usada para codificar diversos estados de coisas, isto é, os espaços dos SN e do verbo podem ser preenchidos por uma grande variedade de elementos que se afastam do protótipo, como nos seguintes casos:

- (2) *Fizemos um levantamento*, que mostrei ao Conselho Federal de Medicina, com mais de dez casos de mortes e complicações graves atribuídas a cirurgias plásticas. (Revista *Istoé* 11Jul/2012 - Ano 36 - N.2226).
- (3) Ficou todo mundo estendido na ... na ... lá na BR ... na pista ... e passou algumas pessoas e prestou socorro à gente né [...] e a empregada e o motorista sofreu só escoriações leves né ... foram medicados e liberados né (Corpus D&G, Fala, p. 22).
- (4) *All I have to give... eu amo essa música...* (Banco Conversacional de Natal, Conversa 4, p. 112)
- (5) *Eu tive uma gestação super tranquila*, com os sintomas e incômodos clássicos e comuns a praticamente todas as gestantes. (Blog *Vida materna*, 19/11/2012).
- (6) Ela só percebeu que eu ia para cima dela quando ouviu o som da borracha dos pneus batendo no meio-fio. *Peguei a mulher* acima dos joelhos, bem no meio das duas pernas, um pouco mais sobre a esquerda, um golpe perfeito [...] (Conto *Passeio Noturno*).

Nas amostras em (2) e (6) é possível perceber a mudança de estado ou condição do paciente: em (2), uma entidade (*um levantamento*) que não existia passa a existir; em (6), o paciente (*a mulher*) muda da condição de viva para morta. Em (3), a mudança de condição ocorre na entidade codificada como sujeito (*a empregada e o motorista*) que é paciente da ação verbal; nos casos (4) e (5) a ideia de mudança de estado sequer se entrevê no contexto, uma vez que o primeiro designa um sentir e o segundo um estado. Esses casos são ainda mais periféricos em relação ao exemplar prototípico.

À semelhança do português, há casos no inglês em que certas orações ficam na periferia da escala de prototipicidade, como aqueles em que a descrição recai sobre um ato de percepção (ou sentir) por parte do referente do sujeito, e não sobre um evento em si, como ocorre em (4). No que tange a esses casos, o papel do sujeito é descrito em termos de sua experiência, isto é, ele é um experienciador e o referente do objeto direto é um estímulo para essa experiência, como em *I watched the movie* (Eu assisti ao filme). O ato de assistir é controlado pelo referente do sujeito, o que permite que *watch* seja mais transitivo do que *see*, como em *I saw Mary* (Eu vi Mary).

Casos que se afastam do protótipo da construção transitiva são resultados de extensão metafórica. Nessa acepção, a metáfora é caracterizada como um processo no qual um domínio é conceptualizado em termos de outro (Cf. TAYLOR, 2003). Isso significa que o esquema agente-ação-paciente, caracterizador de eventos transitivos, é projetado para aqueles não transitivos, como estado de coisas. Sendo assim, os estados seriam reinterpretados em termos de um agente intencional atuando de alguma forma a causar uma mudança de estado no paciente. Para exemplificar, observe-se os casos:

- (7) *Eu escutei à noite o berro do menino*. (Corpus D&G, Fala, p. 23).
- (8) *Sinto as contrações* cada vez mais fortes. (Blog *Vida Materna*, 06/11/2012)

A ocorrência em (7) designa uma atividade mental, isto é, uma percepção pela qual passa a entidade codificada sintaticamente como sujeito (*Eu*), que não é intencional, é um experienciador. Não há afetamento do referente do objeto direto (*o berro do menino*), que por sua vez estimula o perceber. Ora, nesse caso, é o referente do sujeito que, de algum modo, muda interna e cognitivamente, uma vez que seu estado psicológico/perceptivo é afetado de não perceber para perceber o som.

De maneira análoga, o caso em (8) designa um sentir que afeta não o referente do objeto

(as *contrações*), mas o referente do sujeito ( $\emptyset = eu$ ). Nessa amostra em que há o relato de um parto natural, a entidade codificada como sujeito é tão afetada que o resultado do afetamento ultrapassa a mudança de estado psicológico, uma vez que o sentir as *contrações* (estímulo) permite o nascimento do bebê.

Os casos (7-8) são, pois, ocorrências em que há uma projeção metafórica, na medida em que, se a metáfora envolve um domínio-fonte, com propriedades mais concretas da experiência, e um domínio-alvo, com maior nível de abstração, o usuário da língua pode reinterpretar, ou seja, projetar metaforicamente uma experiência (domínio-alvo) em termos de outra (domínio-fonte). Em ambos, o fato de o referente do sujeito ser humano e ter uma importância alta no evento denotado pode fazer com que o usuário da língua reinterprete esse referente como afetado, pois, nesses casos, o afetamento, interno e cognitivo, recai metaforicamente sobre esse referente.

Para Taylor (2003), os casos de extensão metafórica devem ser examinados translinguisticamente. Ele compara instâncias da construção transitiva no inglês e no alemão e conclui que neste há mais restrições, o que significa que em alemão as instâncias deverão ter mais atributos do protótipo da construção transitiva. Sua observação é a de que os membros mais centrais da construção no inglês têm equivalentes no alemão, mas o mesmo não acontece com os membros mais periféricos.

Croft e Cruse (2004) afirmam que a construção transitiva é a de máxima produtividade sintática e de maior esquematicidade. Isso porque a elevada frequência de instâncias dessa construção, bem como o alto número de verbos transitivos licenciados por ela, permitem que essa construção seja altamente esquemática tanto em termos de *token*, que é a frequência de ocorrência, quanto de *type*, que corresponde à classe dos tipos, nos termos de Bybee (2010).

Quando investiguei instâncias da construção transitiva no português brasileiro (LUCENA, 2016), considerei os tipos semânticos de verbos (Cf. BORBA, 1996) que apareciam nas instâncias. Do total de verbos selecionados em 321 orações sintaticamente transitivas, os verbos de ação-processo associados ao protótipo da construção transitiva constam 50,15% das ocorrências. Os demais dados assinalam casos que indicam processos (9,03%), estados (15,57%) e ações físico-perceptuais (25,23%). Ou seja, verbos muitos periféricos em relação ao protótipo (*ter*, por exemplo) são recrutados pela construção.

Os dados atestam a esquematicidade e produtividade da construção transitiva, o que justifica o alto número de verbos licenciados por essa construção. Isso ocorre porque a ideia de agentividade e afetamento é uma contribuição da semântica da construção transitiva e não apenas do verbo. O fato de a semântica lexical do verbo (como é o de ação-processo) ser icônica a da construção transitiva facilita a configuração, mas não a determina. Desse modo, embora a configuração sintática (forma) das instâncias seja a mesma, as especificações semânticas (significado) são diferentes. Assim, com base no sentido central da construção transitiva, que envolve, muitas vezes, propriedades mais concretas da experiência, o falante estende sua moldura para abraçar outros tipos de eventos que se afastam do significado a ela associado.

Quanto à aquisição da construção transitiva, Croft e Cruse (2004) destacam que as crianças, a princípio, fazem generalizações em torno de um único verbo ou construção em que esse verbo ocorre e, posteriormente, aprendem categorias mais esquemáticas e construções. Já Theakston *et al.* (2012) realizaram experimentos com uma criança entre dois e três anos para testar hipóteses sobre a aquisição da construção transitiva no inglês. Adquirir a construção transitiva significa apreender não somente sua configuração sintática, mas operar com um arranjo diverso de tipos de eventos que podem ser codificados sintaticamente pela construção. Os pesquisadores sugerem que as crianças alternam os padrões sintáticos, usando formas como (i) sujeito – verbo, (ii) verbo – objeto e (iii) sujeito – verbo – objeto referindo-se a eventos transitivos até adquirirem completamente o esquema da construção transitiva, por volta dos três anos de idade. Aos dois anos, a criança usa os mesmos verbos para todas as configurações. No entanto, conforme se aproxima dos três anos, a criança tende a usar novos verbos de modo menos complexo do que os primei-

ros verbos adquiridos e ancorá-los no padrão sujeito – verbo – objeto. A hipótese sugere que o conhecimento da construção transitiva se acumula gradualmente e que a frequência dos papéis semânticos representados pelas entidades codificadas sintaticamente como sujeito e objeto são importantes para a abstração de posições verbais variadas.

## 5 Considerações finais

Este trabalho discutiu a transitividade, perspectivando-a à luz da Gramática Tradicional, do Funcionalismo norte-americano e da Gramática de Construções. A partir de uma revisão bibliográfica dos materiais que tratam dessa temática, centrou-se na trajetória que estabelece a transitividade como intrínseca ao *verbo transitivo*, à *oração transitiva* e, mais recentemente, à *construção transitiva*.

No campo da Gramática de Construções, exemplificou o fenômeno da transitividade a partir de uma construção de estrutura argumental: a construção transitiva, entendida aquela em possui arranjo sintático no qual há dois argumentos em torno de um verbo, os quais se associam às relações gramaticais de sujeito e de objeto direto. Em sua moldura semântica, a construção transitiva implica um agente que pratica uma ação cujo resultado é a mudança de condição/estado ou localização de uma entidade paciente. As instanciações da construção transitiva preservam a forma da construção e são tipicamente associadas a uma família de sentidos afins, e não a um único sentido fixo. Dada essa configuração, a construção pode licenciar verbos de domínios semânticos relativamente distintos, isso porque o significado do padrão construcional é mais esquemático do que o significado do verbo e, por essa razão, se sobrepõe.

Em síntese, a Gramática Tradicional ao centrar a transitividade no verbo, coloca esse fenômeno como estático. Já o Funcionalismo norte-americano compreende a transitividade como ligada às pressões do uso linguístico, sendo, portanto, variável. A Gramática de Construções, por sua vez, defende que a transitividade é uma propriedade do esquema construcional armazenado na mente do falante o qual é forjado nas experiências sociocomunicativas. Em última análise, esse esquema permite que o usuário da língua, ao se deparar com um novo uso linguístico, baseie-se em esquemas já armazenados na sua cognição. O fato de o sentido central da construção transitiva ser estendido para compreender outros corrobora a assunção de que as construções de uma língua são padrões da experiência, isto é, esquemas cognitivos que implicam procedimentos, em grande medida, rotinizados para que os usuários da língua atinjam seus objetivos comunicativos específicos.

## Referências

- AZEREDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Ed. por M.L.C. Buescu. Lisboa: Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, 1971 [1540]. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b\\_002](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_002). Acesso em: 20 ago. 2013.
- BORBA, F. S. *Uma gramática de valência para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: United Kingdom University Press, 2010.
- CEZARIO, M. M; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W; CRUSE, A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language*, n. 67, p. 547-619, 1991.
- FILLMORE, C. *On grammatical construction*. California: UCB, 1988.
- FILLMORE, C.; KAY, P.; O'CONNOR, C. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone. *Language*, n. 64, p. 501-538, 1988.
- FOLEY, W. A.; VAN VALIN, R. D. Jr. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. O estatuto argumental do objeto indireto e a construção ditransitiva no português do Brasil. In: FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *A gramática da oração – diferentes olhares*. Natal: EDUFRN, p.135-165, 2015.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. As construções de movimento causado e ditransitiva: elos de polissemia. *Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, n. 33, v. 1, p. 109-132, 2017.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs). *Linguística funcional – teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, M.A; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez.(Col. Leituras Introdutórias em Linguagem, v. 2), 2011.
- GIVÓN, T. *Syntax: A functional-typological introduction*. Amsterdam e Philadelphia: John Benjamins, v. 1, 1984.
- GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, v. 1, 2001.
- GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the Nature of Generalization in Language*. New York: Oxford University Press, 2006.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, p. 251-294, 1980.
- HOFFMANN, T; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.
- LAKOFF, G. *Linguistic gestalts*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1977.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, R. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LUCENA, N. L. *A construção transitiva no PB: uma abordagem funcional centrada no uso*. 2016. 151p. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- PAIVA, V. L. M. O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola: 2019.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.
- SALOMÃO, M. M.; MIRANDA, N. (Orgs.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009.
- SLOBIN, D. The origins of grammatical encoding of events. In: HOPPER, P. (Ed.). *Syntax and semantics*, v. 15, Studies in transitivity. New York, Academic Press, p. 409-422, 1982.
- TAYLOR, J. *Linguistic categorization*. New York: Oxford University Press, 2003.
- THEAKSTON, A. L.; MASLEN, R.; LIEVEN, E. V. M.; TOMASELLO, M. The acquisition of the active transitive construction in English: a detailed case study. *Cognitive Linguistics*, n. 23, v. 1, 2012.
- TOMASELLO, M. (Ed). *The new psychology of language cognitive and functional approaches to language structures*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, v. 1, 1998.

- 
- THOMPSON, S. A.; HOPPER, P. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, p. 27-60, 2001.
- TRAUGOTT, E; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press, 2013.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

Recebido em: 26/07/2019  
Aceito em: 10/11/2019